



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO

Processo nº 1270.01.0000166/2019-03

Procedência: Assessoria Estratégica

Interessado: Assessoria Estratégica e Gabinete

Número: SECULT/ASSJUR/73/2019

Data: 27/09/2019

Ementa: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - EDITAL SECULT Nº 01/2019 - PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO - ORQUESTRA FILARMÔNICA - AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS - MANIFESTAÇÃO TÉCNICA PELA INEXISTÊNCIA DE NOVAS CONSIDERAÇÕES - OPINA PELO INDEFERIMENTO

1 - RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada a essa Assessoria Jurídica, por meio da **Nota Técnica nº 6/SECULT/ESTRATEGIA/2019**, que versa sobre pedido de reconsideração, apresentado pelo Instituto Cultural Filarmônica, em razão da decisão que indeferiu a impugnação por este apresentada, em face ao Edital SECULT Nº 01/2019.

Na referida Nota, a área técnica manifestou-se, nos seguintes termos:

Tendo em vista o item “5.5” do Edital SECULT nº 01/2019, a saber: “Até o prazo máximo de 3 (três) dias úteis antes do término do prazo para publicidade do Edital, os interessados poderão encaminhar pedidos de esclarecimentos ou de impugnação”;

Tendo em vista o PEDIDO DE RECURSO/ RECONSIDERAÇÃO referente ao PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO apresentado à esta Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pelo INSTITUTO CULTURAL FILARMÔNICA, por meio do e-mail enviado no dia 23/09/2019 para o endereço: os@cultura.mg.gov.br.

Vimos considerar:

Em princípio, destaca-se que o PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, fato gerador, foi apresentado à esta Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pelo INSTITUTO CULTURAL FILARMÔNICA, em 13/09/2019, tendo sido devidamente apreciado no âmbito dessa assessoria técnica, por meio da Nota Técnica nº 3/SECULT/ESTRATEGIA/2019, tendo a Assessoria Jurídica também se manifestado por meio da Nota Jurídica Nº 65/2019.

Dito isto, **esta assessoria esclarece que não vislumbra possibilidade de acrescentar nenhum argumento modificativo ou fato novo aos já apresentados na referida Nota Técnica e**

acredita estarem esgotados os fundamentos e explicações relativos aos questionamentos referentes a regra de desclassificação nos casos em que as proponentes prevejam valores superiores ao limite máximo estabelecido no Edital para os gastos de pessoal, bem como aos critérios de “Adequação do valor destinado para o dimensionamento de Recursos Humanos” e “Proporção da previsão de salários inserida pela proponente”, definidos no “ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS” do Edital.

Deste modo, solicitamos manifestação desta Assessoria Jurídica acerca dos fundamentos apresentados no citado PEDIDO DE RECURSO/RECONSIDERAÇÃO referente ao PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO apresentado à esta Secretaria no âmbito do Edital SECULT Nº 01/2019, em especial atenção os apontamentos jurídicos/legais referentes as infrações às legislações trabalhista e de Organizações Sociais. Destaca-se, ainda, a necessidade de análise acerca da legislação referenciada como fundamento do pedido, a saber: Lei Estadual n. 14.184/02. Entendemos não ser da competência desta assessoria manifestar-se em relação as questões jurídico-legais. Por fim, acreditamos que as referidas questões extrapolam os limites do Edital SECULT Nº 01/2019.

É o relatório.

2 – NOTA JURÍDICA

2.1- Do Pedido

Cumpre ressaltar que a essa Assessoria compete tão somente proceder à análise do questionamento posto pela Consulente no que se refere aos aspectos legais, nos termos do artigo 8º do Decreto 45.789/2011. *In verbis*:

Art. 8º A Assessoria Jurídica é unidade setorial de execução da Advocacia-Geral do Estado – AGE, à qual se subordina tecnicamente, competindo-lhe, na forma da Lei Complementar nº 75, de 13 de janeiro de 2004, cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Secretaria, as orientações do Advogado-Geral do Estado no tocante a:

I - prestação de assessoria e consultoria jurídicas ao Secretário;

II - coordenação das atividades de natureza jurídica;

III - interpretação dos atos normativos a serem cumpridos pela Secretaria;

IV - elaboração de estudos e preparação de informações por solicitação do Secretário;

V- assessoramento ao Secretário no controle da legalidade dos atos a serem praticados pela Secretaria;

VI - exame prévio de:

a) edital de licitação, convênio, contrato ou instrumentos congêneres, a serem celebrados e publicados; e

b) ato pelo qual se reconhece a inexigibilidade ou se decide pela dispensa ou retardamento de processo de licitação;

VII - fornecimento a AGE de subsídios e elementos que possibilitem a representação do Estado em juízo, inclusive no processo de defesa dos atos do Secretário e de outras autoridades do órgão;

VIII - acompanhamento da tramitação de projetos de lei de interesse da Secretaria na Assembleia Legislativa;

IX - elaboração de resumos dos atos obrigacionais, convênios, instrumentos congêneres e atos normativos, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado;

X - examinar e emitir parecer e nota jurídica sobre anteprojetos de leis e minutas de atos normativos em geral e de outros atos de interesse da SEC, conforme determinação do inciso III do § 4º do art. 29 do Decreto nº 45.786, de 30 de novembro de 2011, em articulação com a Assessoria de Gestão Estratégica do órgão, sem prejuízo da análise de constitucionalidade e legalidade pela AGE.

Ademais, com fulcro no art. 17, §3º da Resolução AGE nº 26/2017, que dispõe sobre a organização, competências e procedimentos da Consultoria Jurídica da AGE, a nota jurídica deve ficar adstrita aos questionamentos apresentados no âmbito da consulta submetida, não sendo permitido que se adentre em questões de natureza técnica, econômica e financeira, a cargo dos agentes públicos competentes. Vejamos:

Art. 17 - As minutas de editais de licitação, bem como as de contratos, convênios, parcerias, acordos ou ajustes sujeitas ao exame da Consultoria Jurídica ou de assessorias e procuradorias jurídicas do Estado, devem ser encaminhadas com, no mínimo, 12 (doze) dias de antecedência em relação à data preestabelecida para sua publicação ou celebração, nos termos do Decreto nº 43.224, de 21 de março de 2003.

(...)

3º - A nota jurídica ou parecer jurídico deve se restringir à análise jurídica da questão submetida à consulta, sendo defeso ao Procurador adentrar na análise de aspectos técnicos, econômicos e financeiros, bem como nas questões adstritas ao exercício da competência e da discricionariedade administrativa, a cargo das autoridades competentes.

Feita esta ressalva, passemos à fundamentação jurídica propriamente dita.

Esclareça-se que, nas lições de Celso Antônio Bandeira de Mello o pedido de reconsideração é *"a petição dirigida a mesma autoridade prolatora da decisão, postulando que a modifique ou suprima;"*. [1]

Em igual sentido, para Hely Lopes de Meirelles, é a solicitação da parte dirigida à mesma autoridade que expediu determinado ato, para que o invalide ou o modifique nos termos da pretensão do requerente. Deferido ou indeferido, total ou parcialmente, não admite novo pedido, nem possibilita nova modificação pela autoridade que já apreciou o ato[2]

Assim, na hipótese de surgirem - e desde que de fato surjam - fatos novos ou circunstâncias não apreciadas anteriormente, que possam demonstrar a existência de vícios que tornem ilegal o ato administrativo, é facultado à Administração Pública reconsiderar decisão proferida ou ato anteriormente praticado.

No caso em comento, a área técnica manifestara-se por meio da **Nota Técnica nº 3/SECULT/ESTRATEGIA/2019, ocasião em que todos os argumentos para manutenção de todos os itens do edital foram expostos.**

Igualmente, do ponto de vista jurídico, a Nota Jurídica n. 65/2019, desta Assessoria, concluiu pela regularidade dos termos do Edital, não havendo razões jurídicas que justifiquem o provimento das impugnações apresentadas

A decisão final foi pelo indeferimento da impugnação apresentada.

Novamente, agora, sobeja destacar que os argumentos daquela decisão foram reforçados na **Nota Técnica nº 6/SECULT/ESTRATEGIA/2019, na qual restou consignado:** *“não vislumbra possibilidade de acrescentar nenhum argumento modificativo ou fato novo aos já apresentados na referida Nota Técnica e acredita estarem esgotados os fundamentos e explicações relativos aos questionamentos referentes a regra de desclassificação nos casos em que as proponentes prevejam valores superiores ao limite máximo estabelecido no Edital para os gastos de pessoal, bem como aos critérios de “Adequação do valor destinado para o dimensionamento de Recursos Humanos” e “Proporção da previsão de salários inserida pela proponente”, definidos no “ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS” do Edital.”*

Do mesmo modo, permanecem válidas e aplicáveis as razões e conclusões constantes da Nota Jurídica n. 65/2019, posto não haver novos argumentos de natureza jurídica, ensejadores de mudança de posicionamento desta Assessoria Jurídica.

Em sendo assim, uma vez que não foram apresentados, pelo Instituto Cultural Filarmônica, elementos novos, capazes e suficientes a justificar a alteração da decisão desta Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, é de se manter o Edital de Chamamento Público Secult nº 01/2019.

Isto posto, essa Assessoria entende pelo indeferimento do pedido apresentado pelo Instituto Cultural Filarmônica.

3 - CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pelo indeferimento do pedido de reconsideração apresentado pelo Instituto Cultural Filarmônica, em face da decisão de indeferimento da impugnação ao edital de chamamento público SECULT nº 01/2019, seja pelos motivos de ordem técnica, sob a **exclusiva responsabilidade** da área responsável, seja pela ausência de mácula jurídica que inquine o instrumento.

Ressalta-se que esta análise se atém ao exame dos aspectos jurídicos da matéria proposta, abstendo-se de adentrar em questões técnicas, econômicas, financeiras, bem como em outras que exijam o exercício de competência específica e da discricionariedade administrativa a cargo das autoridades competentes.

Conforme precedente do TCE/MG, o parecer jurídico emitido tem natureza meramente opinativa, não vinculando a decisão a ser tomada pelo agente competente:

(...)

3. O parecer jurídico emitido por assessor ou parecerista tem natureza meramente opinativa e não vincula, por conseguinte, a decisão a ser tomada pelo agente competente.

(...) (grifamos)

(TCE/MG, Denúncia nº 887.859, Rel. Cláudio Terrão, pub. 07/03/2017).

Por oportuno, cumpre realçar, ainda, que, caso a área técnica competente discorde das orientações ou posicionamentos emanados deste pronunciamento, deverá carrear aos autos as justificativas necessárias para embasar a prática do ato, **sem a necessidade de retorno do feito a esta Assessoria Jurídica**, consoante entendimento do Tribunal de Contas da União, abaixo anotado:

"Ementa: determinação à SFA/RS para que apresente as razões para o caso de discordância, nos termos do inc. VI, art. 50 da Lei nº 9.784/1999, de orientação do órgão de assessoramento

jurídico à unidade." (Alínea "e", item 1.5, TC-022.942/2007-3, Acórdão nº 4.127/2008-1ª Câmara, DOU de 18.11.2008, S. L p. 73).

Importante, ainda, advertir que, não cumpre a esta Assessoria Jurídica analisar questões de oportunidade e conveniência da Administração, tampouco os valores dispostos nos Anexos dos autos, de modo que este parecer se restringe às questões jurídicas que envolvem o termo em análise.

É a Nota Jurídica.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2019.

Daniel Bueno Cateb

Procurador do Estado de MG

OAB/MG 58.937 - MASP 348648-7

-
1. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso De Direito Administrativo. 30ª ed. rev. e atual. p. 150/153
 2. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . 33ª edição. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 678.

Aprovado em:



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Bueno Cateb, Procurador(a) Chefe**, em 27/09/2019, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7870195** e o código CRC **0266C2DB**.



Referência: Processo nº 1270.01.0000166/2019-03

SEI nº 7870195